

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRMV - ES

S01 - ADVOGADO

Turno: Manhã

Tipo de Prova
1

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.” (José Saramago)

ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E), e uma questão discursiva.

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4h

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões, somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

Segundo a redação do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal e constituída em Estado Democrático de Direito, a República Federativa do Brasil apresenta determinados fundamentos. Marque a alternativa que indica corretamente dois fundamentos da República Federativa do Brasil:

- (A) dignidade da pessoa humana e pluralismo político;
- (B) independência nacional e soberania;
- (C) cidadania e prevalência dos direitos humanos;
- (D) solução pacífica dos conflitos e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- (E) igualdade entre os Estados e pluralismo político.

Questão 2

Em matéria de Direitos Individuais e Coletivos positivada no tema dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta:

- (A) o conjunto de direitos e garantias expressos na Constituição é taxativo e tem aplicação imediata;
- (B) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, ainda que não manifeste adesão quanto a sua criação;
- (C) são equivalentes às emendas constitucionais os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional;
- (D) aplica-se a gratuidade nas ações de habeas-corpus e de habeas-data e aos atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei, apenas aos reconhecidamente pobres;
- (E) concede-se habeas data para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Questão 3

Tadeu de Andrade Melo e Silva foi funcionário celetista da empresa Carros Inteligentes Ltda., indústria do ramo automobilístico sediada no estado do Espírito Santo, onde ingressou em 2014 e trabalhou até sua demissão involuntária em janeiro de 2024. No ano de 2020, devido à crise econômica causada pela pandemia de Covid-19, e como medida emergencial para a manutenção do vínculo empregatício, foi estabelecido em negociação coletiva que: sua remuneração, por ser variável, sofreria redução para valor inferior ao mínimo; o décimo terceiro salário não seria pago naquele ano; a remuneração do serviço extraordinário se daria em valor 40% superior a do normal, e a jornada de trabalho seria reduzida para quatro horas, uma vez que realizava-se em turnos ininterruptos de revezamento. Apesar de não concordar com a adoção daquelas medidas, Tadeu subordinou-se por depender de seu emprego para sustento da família, mas sua demissão em janeiro de 2024, motivada pela introdução de automações que substituíram sua função, e o fato de não ter recebido seguro-desemprego, o fez procurar você, na qualidade de advogado, para oferecer-lhe a melhor orientação jurídica. Analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta, segundo os preceitos da Constituição Federal quando trata dos Direitos Sociais dos trabalhadores urbanos e rurais:

- (A) a redução salarial foi medida inconstitucional porque o salário de Tadeu não poderia ter sofrido redução sob nenhuma hipótese;
- (B) o não pagamento do décimo terceiro salário e o pagamento de horas extras em valor 40% superior ao da hora normal foram medidas constitucionais;
- (C) a redução da jornada do trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento para quatro horas foi medida constitucional;
- (D) ao demitir Tadeu, a empresa Carros Inteligentes Ltda. não devia-lhe o seguro-desemprego e, portanto, agiu em conformidade com o texto constitucional;
- (E) ao demitir Tadeu em virtude da automação de seus processos industriais, a empresa Carros Inteligentes Ltda. não feriu o texto constitucional.

Questão 4

Sobre a organização político-administrativa do Estado, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta por estar em consonância com o texto constitucional:

- (A) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição é competência privativa da União;
- (B) legislar sobre custas dos serviços forenses e procedimentos em matéria processual é competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal;
- (C) legislar sobre propaganda comercial e proteção e tratamento de dados pessoais é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal;
- (D) legislar sobre populações indígenas e proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal;
- (E) Legislar sobre trânsito e transporte e sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência é competência privativa da União.

Questão 5

Com base nas competências do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa correta por sua correspondência com a redação constitucional acerca dessa matéria:

- (A) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;
- (B) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
- (C) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- (D) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- (E) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

Questão 6

Carlos, Juliana e Flávia são amigos, sendo que o primeiro é promotor de justiça; a segunda, defensora pública e a terceira, advogada. Considerando as funções essenciais à justiça dispostas na Constituição Federal, marque a alternativa correta:

- (A) o Ministério Público, instituição a que pertence Carlos, tem caráter permanente, é essencial à função jurisdicional do Estado, e incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- (B) o Ministério Público, instituição a que pertence Flávia, tem como princípios institucionais e unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- (C) entre as funções institucionais da Defensoria Pública, instituição a que pertence Juliana, está defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- (D) a Defensoria Pública, instituição a que pertence Carlos, tem caráter permanente, é essencial à função jurisdicional do Estado, e incumbe-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados;
- (E) como advogada, Juliana é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Questão 7

Antônio é advogado especialista em Direito Ambiental. Em janeiro de 2024, foi procurado por representantes indígenas do estado do Espírito Santo para prestar consultoria jurídica acerca de um impasse que estava ocorrendo em sua aldeia. O governador daquele estado, insistentemente, buscava remover o grupo indígena de sua terra com o argumento de preservá-lo de epidemia que colocaria em risco sua população. Contudo, havia forte suspeita pelos nativos de que a motivação para a remoção era o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais daquela região. Com a resistência da comunidade indígena em deixar suas terras, o estado entrou com ação judicial alegando que, apesar das terras indígenas serem inalienáveis e indisponíveis, os direitos sobre elas eram prescritíveis e que os índios, suas comunidades e organizações não eram partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. Após ouvir o relato, marque a alternativa correta por estar em obediência à abordagem da Ordem Social e dos Índios pela Constituição Federal:

- (A) Antônio deve explicar que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes e, sob nenhuma hipótese os indígenas devem ser removidos delas;

- (B) Antônio deve explicar que o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização da Assembleia Legislativa, ouvidas as comunidades afetadas, e ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra;
- (C) Antônio deve explicar que a Constituição Federal considera as terras indígenas inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis;
- (D) Antônio deve explicar que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público na maioria dos atos do processo;
- (E) Antônio deve explicar que a única exceção para a remoção dos grupos indígenas de suas terras somente é no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Questão 8

Em matéria relacionada à Ordem Social, positivada na Constituição Federal, quando trata sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, marque a alternativa correta:

- (A) o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida é compartilhado exclusivamente pelo Estado e pela família;
- (B) a gratuidade dos transportes coletivos urbanos é garantida aos maiores de sessenta anos;
- (C) assistir, criar e educar os filhos menores é dever exclusivamente compartilhado entre os pais e o Estado, e o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade é somente dos filhos maiores;
- (D) os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, e a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros;
- (E) os programas de amparo aos idosos devem ser obrigatoriamente executados em seus lares, e os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis e sujeitos às normas da legislação especial.

Questão 9

A empresa de energia nuclear Progresso Verde Ltda. apresentou projeto ao Poder Público para instalação de usina nuclear no estado do Espírito Santo com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e avanço tecnológico da localidade a partir da ampliação da oferta de energia limpa, embora não renovável, disponível para uso e bem-estar da comunidade local; da geração de emprego e renda, e da promessa de respeito à preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sendo este último direito de todos, é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Considerando a abordagem que a Constituição Federal faz sobre a matéria do Meio Ambiente, marque a alternativa correta:

- (A) se a empresa Progresso Verde Ltda. explorar recursos minerais será recomendada a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei;
- (B) caso a empresa Progresso Verde Ltda. apresente condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, ficará sujeita a sanções penais e administrativas, que isentar-lhe-ão da obrigação de reparar os danos causados;
- (C) se a empresa Progresso Verde Ltda. instalar usina que opere com reator nuclear, deverá ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderá ser instalada;
- (D) incumbe à empresa Progresso Verde Ltda., e não ao Poder Público, o dever de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- (E) incumbe ao Poder Público o dever de exigir, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental da empresa Progresso Verde Ltda., para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, ao qual se dará publicidade.

Questão 10

Em matéria relacionada à Ordem Social, positivada na Constituição Federal, quando trata sobre a educação, marque a alternativa correta:

- (A) o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 3 (três) aos 18 (dezoito) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- (B) o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade;
- (C) o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede privada de ensino;

- (D) compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola;
- (E) o ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

Considerando o conjunto de princípios da administração pública expressos no caput do artigo 37 da Constituição Federal e os supraprincípios do direito administrativo, analise entre as opções abaixo e marque a alternativa correta:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios administrativos expressos na Constituição. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público são supraprincípios do direito administrativo;
- (B) legalidade, isonomia, moralidade, publicidade e eficácia são princípios administrativos expressos na Constituição. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público são supraprincípios do direito administrativo;
- (C) proporcionalidade, impessoalidade, autotutela, publicidade e eficiência são princípios administrativos expressos na Constituição. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público são supraprincípios do direito administrativo;
- (D) supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público são princípios administrativos expressos na Constituição. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são supraprincípios do direito administrativo;
- (E) supremacia do interesse público sobre o privado, indisponibilidade do interesse público, legalidade, isonomia e moralidade são princípios administrativos expressos na Constituição. Publicidade, eficiência, eficácia e autotutela são supraprincípios do direito administrativo;

Questão 12

“Os atos jurídicos são revestidos de propriedades jurídicas especiais decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado. Nessas características, reside o traço distintivo fundamental entre os atos administrativos e as demais categorias de atos jurídicos, especialmente os atos privados. A doutrina mais moderna faz referência a cinco atributos: presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade.” (MAZZA, Alexandre. *Manual de direito administrativo*. 12ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022, p. 306). Considerando o ato administrativo e seus atributos, marque a alternativa correta:

- (A) a imperatividade significa que a administração pública pode realizar a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais usando a força física, se for preciso, para desconstituir situação violadora da ordem jurídica, dispensando autorização judicial;
- (B) a autoexecutoriedade significa que o ato administrativo pode criar, unilateralmente, obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes, por meio do poder extroverso;
- (C) a tipicidade significa o poder que a administração pública tem de aplicar sanções administrativas aos particulares por violação da ordem jurídica, sem necessidade de ordem judicial;
- (D) a presunção de legitimidade significa que o ato administrativo é válido para o direito até prova em contrário;
- (E) a exigibilidade significa a necessidade de se respeitar a finalidade específica definida na lei para cada espécie de ato administrativo, pois, a depender da finalidade que a administração pretende alcançar, existe um ato definido em lei.

Questão 13

Acerca do tema da centralização, descentralização e desconcentração no direito administrativo, marque a alternativa correta:

- (A) a centralização é a técnica de cumprimento de competências administrativas por uma única pessoa jurídica governamental, como acontece nos ministérios, secretarias, delegacias de polícia e tribunais;
- (B) a descentralização é a técnica de cumprimento de competências administrativas que são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas criadas pelo Estado para tal finalidade, como ocorre com as atividades exercidas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- (C) na desconcentração, as competências administrativas são atribuídas a órgãos públicos sem personalidade jurídica própria, como ocorre nas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista;

- (D) as entidades públicas descentralizadas não respondem judicialmente pelos prejuízos causados a particulares por não contarem com personalidade jurídica autônoma, como é o caso das Casas Legislativas e da Mesa do Senado;
- (E) na desconcentração, os órgãos públicos não podem ser acionados diretamente perante o poder judiciário, com exceção de alguns que sejam dotados personalidade judiciária, como ocorre com o Ministério Público, Defensoria Pública e a Presidência da República.

Questão 14

Doutrinariamente, no direito administrativo, o gênero “agentes públicos” comporta diversas espécies, sendo elas: agentes políticos, ocupantes de cargos em comissão, contratados temporários, agentes militares, servidores públicos estatutários, empregados públicos e agentes honoríficos. Considerando os agentes públicos e suas espécies, marque a alternativa correta:

- (A) os agentes políticos são membros de Poder que ocupam a cúpula diretiva do Estado, como os magistrados, promotores, procuradores da República e diplomatas;
- (B) os cargos em comissão são acessíveis sem concurso público, mas providos por nomeação política e admitem desligamento imotivado, como é o caso dos assessores parlamentares e subprefeitos;
- (C) o regime de contratação temporária é aplicável às pessoas jurídicas de direito público em âmbito federal, estadual e municipal;
- (D) os contratados temporários exercem função pública sem serem servidores públicos, como é o caso dos concessionários, permissionários e delegados de função ou ofício público;
- (E) os empregados públicos são selecionados por concurso público para ocupar cargos públicos, com vinculação de natureza não contratual e adquirem estabilidade após estágio probatório.

Questão 15

Conceitualmente, as autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, e pertencem à Administração Pública Indireta, são criadas por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública. Considerando os entes que compõem a administração pública indireta (fundações públicas, agências executivas e reguladoras e, especialmente, as autarquias), analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

- I- Todas as universidades públicas são autárquicas, mas o Banco Central (Bacen) não é uma autarquia.
- II- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma autarquia, mas o Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) não é uma autarquia.
- III- Autarquia é serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor aproveitamento, a desconcentração de sua gestão administrativa e financeira, como é o caso da Agência Nacional do Cinema (Ancine).
- IV- As autarquias são imunes a impostos, seus bens são públicos e nunca exercem atividade econômica, como é o caso do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
- (A) somente as alternativas I e II estão corretas;
- (B) somente as alternativas II e III estão corretas;
- (C) somente a alternativa IV está correta;
- (D) somente a alternativa I, II e IV estão corretas;
- (E) todas as alternativas estão corretas.

Questão 16

O tema referente ao controle da administração pública estuda os instrumentos jurídicos de fiscalização e revisão sobre a atuação dos agentes, órgãos e entidades componentes da Administração Pública em qualquer das esferas de Poder. “Os mecanismos de controle têm como objetivos fundamentais garantir o respeito aos direitos subjetivos dos usuários e assegurar a observância das diretrizes constitucionais da Administração” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*, p. 894). Analise as alternativas abaixo e reconheça qual delas apresenta a natureza jurídica dos mecanismos de controle da administração pública, marcando a alternativa correta:

- (A) direito e garantia fundamental;
- (B) princípio fundamental da Administração Pública;
- (C) poder de autotutela;
- (D) supervisão ministerial;
- (E) poder hierárquico.

Questão 17

Entidades paraestatais e terceiro setor são conhecidos pela doutrina administrativista como entes de cooperação, ou seja, são pessoas jurídicas de direito privado que colaboram com o Estado exercendo atividades não lucrativas e de interesse social. Analise o que dizem as alternativas abaixo em relação às entidades paraestatais e ao terceiro setor e marque a alternativa correta:

- (A) o terceiro setor, também reconhecido como serviços sociais do sistema “S”, são pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legislativa, para executar serviços de utilidade pública sem fins lucrativos, mas que não são considerados serviços públicos;
- (B) fazem parte as entidades paraestatais, as entidades privadas da sociedade civil que exercem atividades de interesse público, sem finalidade lucrativa;
- (C) o terceiro setor não pertence ao Estado e é custeado por contribuições compulsórias de natureza tributária pagas pelo empregador sobre a folha de salários, e os valores remanescentes dos recursos arrecadados devem ser revertidos para as finalidades essenciais da entidade, já que continuam superávit, e não lucro;
- (D) as atividades das entidades paraestatais não recebem incentivo da administração pública em razão do alcance social dessa atuação, o que se enquadra no exercício da função administrativa de fomento, que é atividade precípua da administração pública moderna, junto ao poder de polícia e aos serviços públicos;
- (E) as entidades paraestatais estão sujeitas ao controle pelos tribunais de contas, não precisam contratar mediante concurso público, mas são obrigadas a realizar processo seletivo de pessoal que respeite os princípios administrativos, tendo o dever de licitar com base em procedimentos próprios.

Questão 18

Considerando os atos administrativos e suas classificações, analise os conceitos a seguir, reconhecendo a definição de ambos, respectivamente, e marque a alternativa correta:

I- São atos praticados pela Administração com margem de liberdade (juízo de oportunidade e conveniência no motivo ou no objeto – mérito) para que o agente público decida qual a melhor maneira de atingir o interesse público, podendo ser anulados (vício de legalidade) ou revogados (interesse público) e sofrem controle judicial, exceto em relação ao mérito.

II- São atos praticados por um único órgão, mas que dependem de manifestação de outro órgão (complementar) como condição de exequibilidade.

- (A) I- atos discricionários / II- atos vinculados;
- (B) I- atos complexos / II- atos compostos;
- (C) I- atos discricionários / II- atos compostos;
- (D) I- atos discricionários / II- atos complexos;
- (E) I- atos vinculados / II- atos compostos.

Questão 19

Analise os conceitos dos princípios administrativos a seguir, reconhecendo a definição de ambos, respectivamente, e marque a alternativa correta:

I- Enuncia que os agentes públicos não são donos dos interesses por eles defendidos e, por isso, no exercício da função administrativa, os agentes públicos estão obrigados a atuar do modo determinado pela legislação e não de acordo com a sua vontade;

II- Enuncia que os interesses da coletividade são mais importantes que os interesses individuais, razão pela qual a Administração, como defensora dos interesses públicos, recebe da lei poderes especiais não extensivos aos particulares.

- (A) I- indisponibilidade do interesse público / II- supremacia do interesse público;
- (B) I- supremacia do interesse público / II- indisponibilidade do interesse público;
- (C) I- supremacia do interesse público / II- legalidade;
- (D) I- imparcialidade / II- indisponibilidade do interesse público;
- (E) I- imparcialidade / II- legalidade.

Questão 20

Na matéria que compreende a organização administrativa, a doutrina divide a administração pública em direta e indireta, ou seja, em entidades federativas (da administração direta) versus entidades públicas descentralizadas (da administração indireta). Com base nisso, analise as opções abaixo e marque a alternativa correta:

- (A) entidades federativas têm personalidade puramente administrativa, já as entidades públicas descentralizadas são pessoas político-administrativas;
- (B) entidades federativas são instituídas por lei, já as entidades públicas descentralizadas são criadas pela Constituição Federal;
- (C) entidades federativas são imunes somente aos impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços vinculados a suas finalidades essenciais, já as entidades públicas descentralizadas são imunes a todos os impostos;
- (D) entidades federativas são multicompetenciais, já as entidades públicas descentralizadas são especializadas em um setor de atuação;
- (E) entidades federativas são ocupantes de cargos comissionados nomeados pelo poder central, já os dirigentes das entidades públicas descentralizadas têm sua cúpula diretiva formada por agentes políticos diretamente eleitos pelo povo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 21

Em relação à matéria sobre litisconsórcio no Direito Processual Civil, marque a alternativa correta:

- (A) o juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença;
- (B) em suas relações com a parte adversa, os litisconsortes são considerados como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, e cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, sendo que todos devem ser intimados dos respectivos atos;
- (C) o litisconsórcio será facultativo por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes;
- (D) nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao réu que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo;
- (E) o litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da ação judicial, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

Questão 22

Considerando a forma, o tempo e o lugar dos atos processuais com base no Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

- (A) o direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, aos seus procuradores e ao terceiro que demonstrar interesse jurídico;
- (B) os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, inclusive quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial;
- (C) os atos processuais realizar-se-ão excepcionalmente na sede do juízo, ou, ordinariamente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz;
- (D) os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, a depender de requerimento;
- (E) o juiz proferirá os despachos no prazo de cinco dias, as decisões interlocutórias no prazo de dez dias e as sentenças no prazo de trinta dias, mas em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.

Questão 23

Analise as opções a seguir quanto à matéria concernente à tutela provisória no Código de Processo Civil e marque a alternativa correta:

- (A) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia e, se por qualquer motivo, cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento;
- (B) a tutela da urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;
- (C) a tutela da urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável;
- (D) a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo e será concedida se houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão quando for de natureza antecipada;
- (E) O indeferimento da tutela cautelar obsta a que a parte formule o pedido principal, e influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

Questão 24

Acerca da litispendência no Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

- (A) o juiz resolverá o mérito quando reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;
- (B) no caso de extinção em razão de litispendência, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito;
- (C) a ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil;
- (D) verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada e incumbe ao autor, antes de discutir o mérito, alegar litispendência;
- (E) a citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, não induz litispendência, mas torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

Questão 25

Acerca do processo de execução de acordo com o Direito Processual Civil, marque a alternativa correta:

- (A) a conduta comissiva ou omissiva do executado que dificulta ou embaraça a realização da penhora não é considerada atentatória à dignidade da justiça;
- (B) o exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, mesmo não transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução;
- (C) a cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça deve ser promovida nos autos de novo processo;
- (D) em qualquer momento do processo, o juiz pode advertir o executado de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça.
- (E) o executado tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.

DIREITO CIVIL**Questão 26**

Analise as opções a seguir e marque a alternativa que indica corretamente um dos requisitos apresentados pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- (A) é desnecessário que tenha sido proferida por juiz competente;
- (B) as partes citadas devem ter sido citadas ou haver-se ilegalmente verificado à revelia;
- (C) deve estar traduzida por intérprete autorizado;
- (D) deve estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida e não precisa obrigatoriamente ter passado em julgado;
- (E) deve ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão 27

Identifique quais das afirmativas a seguir são verdadeiras e marque a alternativa correta:

- I - Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer;
 - II - Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes;
 - III - O exercício de emprego público efetivo faz cessar a incapacidade para os menores;
 - IV - O ingresso em curso de ensino superior em instituição pública faz cessar a incapacidade para os menores.
- (A) Somente a afirmativa I é verdadeira.
 - (B) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
 - (C) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
 - (D) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
 - (E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

Questão 28

Suponha que no Estado do Espírito Santo atuem as seguintes pessoas jurídicas: a “Congregação da Luz Divina” (organização religiosa), a “Fundação Horizontes Solidários” (fundação privada), a “Fundação Cidadania Ativa” (fundação pública), o “Movimento Progressista Democrático” (partido político), a “Agência Nacional de Bem-Estar Social” (autarquia) e a Associação Valor Público (associação de servidores públicos). Considerando o que estabelece o Código Civil sobre as pessoas jurídicas, marque a alternativa correta:

- (A) a “Congregação da Luz Divina” e o “Movimento Progressista Democrático” são pessoas jurídicas de direito privado;
- (B) a “Associação Valor Público” e a “Fundação Horizontes Solidários” são pessoas jurídicas de direito público;
- (C) a “Fundação Cidadania Ativa” e a “Associação Valor Público” são pessoas jurídicas de direito privado;
- (D) o Estado do Espírito Santo é pessoa jurídica de direito público externo;
- (E) a “Agência Nacional de Bem-Estar Social” e a “Fundação Horizontes Solidários” são pessoas jurídicas de direito público;

Questão 29

Tiago Amaral dos Santos é brasileiro, e trabalha na Turquia como agente diplomático do Brasil. Enquanto trabalhou no Brasil, Tiago teve residência na Bahia, onde moram seus pais; depois na Paraíba, onde moram seus tios paternos; e, por último, em Pernambuco, onde conheceu sua esposa, se casou e no qual residem seus sogros. Em março de 2024, Tiago foi citado na Turquia acerca de uma ação judicial movida no Brasil e alegou extraterritorialidade, sem designar onde tem ou teve, no Brasil, o seu domicílio. Conforme o que determina o Código Civil em matéria de domicílio, e levando em conta a situação hipotética e o lugar onde Tiago deve ser demandado, marque a alternativa correta:

- (A) Tiago só deve ser demandado em Pernambuco, que foi o último ponto do território brasileiro onde teve domicílio;
- (B) Tiago pode ser demandado na Bahia, na Paraíba ou em Pernambuco, pois tem familiares nesses locais;
- (C) Tiago pode ser demandado no Distrito Federal ou em Pernambuco, que foi o último ponto do território brasileiro onde teve domicílio;
- (D) Tiago deve ser demandado somente no Distrito Federal;
- (E) Tiago não pode alegar extraterritorialidade, porque seu atual domicílio é na Turquia, sendo válida a citação.

Questão 30

Segundo o Código Civil, os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. Com base nisso, em relação ao sentido que a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir, marque a alternativa correta:

- (A) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio;
- (B) a interpretação do negócio jurídico não deve lhe atribuir o sentido que corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio;
- (C) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder à boa-fé;
- (D) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável;
- (E) a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis após a sua celebração.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 31**

obre a competência tributária e o que estabelece o Código Tributário Nacional – CTN acerca desse assunto, marque a alternativa correta:

- (A) a competência tributária é sempre indelegável;
- (B) a competência tributária é indelegável, ressalvada apenas a atribuição das funções de arrecadar tributos;
- (C) a competência tributária é indelegável, ressalvadas apenas a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos;
- (D) a competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a uma pessoa jurídica de direito privado;
- (E) a competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

Questão 32

Em matéria acerca dos princípios constitucionais tributários, também conhecidos como princípios do sistema tributário nacional – STN e de como esse tema é tratado pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente são princípios tributários expressos que o STN deve seguir;
- (B) os princípios da legalidade, da transparência, da justiça social, da proporcionalidade e da defesa da propriedade privada são princípios tributários expressos que o STN deve seguir;
- (C) os princípios da razoabilidade, da moralidade, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente são princípios tributários expressos que o STN deve seguir;
- (D) os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça social, da legalidade e da defesa da livre-iniciativa são princípios tributários expressos que o STN deve seguir;
- (E) os princípios da eficácia, da eficiência, da justiça tributária, da imparcialidade e da defesa do meio ambiente são princípios tributários expressos que o STN deve seguir.

Questão 33

Em matéria de obrigação tributária e do que determina o Código Tributário Nacional sobre essa temática, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

I- A obrigação tributária é principal ou acessória.

II- A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

III- A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

IV- A obrigação principal, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.

- (A) estão corretas somente as afirmativas I e II;
- (B) está correta somente a afirmativa I;
- (C) estão corretas somente as afirmativas II e III;
- (D) está correta somente a afirmativa IV;
- (E) estão corretas todas as afirmativas.

Questão 34

Considerando o fato gerador e de como ele é apresentado pelo Código Tributário Nacional – CTN, marque a alternativa correta:

- (A) o fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
- (B) o fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória;
- (C) o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal;
- (D) tratando-se de situação de fato, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável;
- (E) tratando-se de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

Questão 35

Considerando os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária e de como são tratados pelo Código Tributário Nacional, marque a alternativa correta:

- (A) o sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento;
- (B) o sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária;
- (C) o sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto;
- (D) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- (E) o sujeito passivo da obrigação acessória diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Questão 36

Com base na matéria a respeito da solidariedade, segundo preceitos dispostos no Código Tributário Nacional – CTN, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

I- São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II- São solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas por lei.

III- O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveitar aos demais é um dos efeitos da solidariedade;

IV- A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorecer ou prejudicar aos demais é o único efeito da solidariedade.

- (A) somente a afirmativa II está correta;
- (B) somente as afirmativas I, II e III estão corretas;
- (C) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- (D) somente as afirmativas I, III e IV estão corretas;
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 37

De acordo com o Código Tributário Nacional – CTN, sabe-se que o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, deve obrigatoriamente indicar cinco elementos: o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado; a data em que foi inscrita; sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito. Havendo omissão ou erro acerca dos elementos anteriormente indicados, a lei indica o surgimento de alguns efeitos, pois sua inscrição foi irregular. Considerando tanto os efeitos da inscrição irregular da dívida ativa quanto os da inscrição regular, marque a alternativa correta:

- (A) padece de nulidade a inscrição irregular e o processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada;
- (B) padece de inexistência a inscrição irregular, mas não o processo de cobrança dela decorrente, e não poderá ser sanada;
- (C) padece de anulabilidade a inscrição irregular e o processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de segunda instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada;
- (D) a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, mas não tem o efeito de prova pré-constituída;
- (E) a presunção de certeza e liquidez, que goza a dívida regularmente inscrita, é absoluta e não pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Questão 38

Considerando as grandes espécies tributárias, sendo elas os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e os empréstimos compulsórios, e do tratamento que o Código Tributário Nacional – CTN confere a esse tema, marque a alternativa correta:

- (A) taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- (B) as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;
- (C) a contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, e como limite individual, a despesa realizada;
- (D) guerra externa, ou sua iminência e calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis são os únicos casos excepcionais em que somente a União pode instituir empréstimos compulsórios;
- (E) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Questão 39

Considerando o crédito tributário e o modo como essa matéria é tratada pelo Código Tributário Nacional – CTN, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta:

I- O crédito tributário decorre da obrigação principal, mas não tem a mesma natureza desta;

II- As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

III- O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no CTN, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

IV- Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

- (A) somente a alternativa II está correta;
- (B) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
- (C) somente as alternativas I e IV estão corretas;
- (D) somente as alternativas III e IV estão corretas;
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 40

Ao tratar sobre responsabilidade tributária e mais especificamente sobre a responsabilidade de terceiros, o Código Tributário Nacional – CTN expressa que, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, certos agentes. Analise as alternativas abaixo quanto a estes agentes e marque a alternativa correta:

- (A) os pais respondem solidariamente pelos tributos devidos por seus filhos maiores;
- (B) os sócios respondem solidariamente pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- (C) o inventariante responde solidariamente pelos tributos devidos pelo espólio;
- (D) os administradores de bens de terceiros respondem solidariamente no caso de liquidação de sociedade de pessoas;
- (E) o síndico e o comissário respondem solidariamente pelos tributos devidos por estes.

DIREITO TRABALHISTA**Questão 41**

Referente ao que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em relação ao contrato individual de trabalho, marque a alternativa correta:

- (A) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados e a empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência;
- (B) a celebração do contrato individual de trabalho apenas admite-se no modo expreso e na forma escrita, seja por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente;
- (C) a celebração do contrato individual de trabalho apenas admite-se no modo expreso e na forma escrita, seja por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente;
- (D) as relações contratuais de trabalho não podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes;
- (E) os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho extinguirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

Questão 42

Sobre o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT acerca da remuneração, marque a alternativa correta:

- (A) para alguns efeitos legais, compreendem-se na remuneração do empregado, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber;
- (B) a importância fixa estipulada e as gratificações legais integram o salário, mas não as comissões pagas pelo empregador;
- (C) as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, são denominadas como gorjetas.
- (D) o valor correspondente ao vale-cultura é uma utilidade concedida pelo empregador que não se considera como salário;
- (E) considera-se como gorjeta a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, e, como prêmio, o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados;

Questão 43

As opções a seguir tratam do tema da estabilidade no emprego. Analise-as considerando o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e marque a alternativa correta:

- (A) o empregado que contar com doze anos de serviço na mesma empresa ou mais, não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas;
- (B) o empregado acusado de falta grave não poderá ser suspenso de suas funções, e sua despedida só realizará após o inquérito e verificada a procedência da acusação;
- (C) no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador não haverá estabilidade, ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais;
- (D) o empregador não é obrigado a readmitir no serviço o empregado acusado de praticar falta grave em que for reconhecida inexistência, bastando pagar-lhe os salários a que teria direito no período de sua suspensão;
- (E) extinguido-se a empresa, com a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estável despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

Questão 44

Janaína é modelista na empresa “Costurando Sonhos” e lá desempenha suas funções há cerca de vinte anos. Em dezembro de 2023, Janaína recebia R\$ 3.500,00 de salário; mas em janeiro de 2024, sofreu um grave acidente que causou a amputação de sua mão esquerda, deficiência física adquirida e atestada por órgão competente da Previdência Social. Em virtude disso, a empresa decidiu readaptá-la ao cargo de estilista, com a função de coordenar a equipe de estilistas, passando a perceber salário de R\$ 5.000,00. Júlia, demitida em fevereiro de 2024, foi estilista na mesma empresa há cerca de oito anos, com a função de pesquisar e desenhar croquis, e insatisfeita por receber salário de R\$ 2.250,00, conseguiu em 2020, através de ação judicial, equiparação salarial indicando Márcia como paradigma, a qual, sendo ocupante do mesmo cargo e função no mesmo tempo de serviço, percebe salário de R\$ 3.250,00. Por fim, Marcos, estilista na empresa há três anos, recebe salário de R\$ 2.000,00, e, apesar de ocupar o mesmo cargo que Márcia, não exerce a mesma função. Hoje ele procura você como advogado(a), pois deseja pedir equiparação salarial usando como paradigmas Janaína, Júlia ou Márcia. Analise a situação hipotética e as alternativas abaixo, considerando o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e marque a alternativa correta:

- (A) Marcos pode requerer equiparação salarial usando Janaína ou Márcia como paradigmas, mas não Júlia;
- (B) Marcos pode requerer equiparação salarial usando Júlia ou Márcia como paradigmas, mas não Janaína;
- (C) Marcos pode requerer equiparação salarial usando Janaína ou Júlia como paradigmas, mas não Márcia;

- (D) Marcos só pode requerer equiparação salarial usando Márcia como paradigma;
- (E) Marcos não pode requerer equiparação salarial usando Janaína, Júlia ou Márcia como paradigmas.

Questão 45

Em relação ao aviso prévio, matéria positivada na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

- I – A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço;
- II – O valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado;
- III – A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo;
- IV – É devido o aviso prévio na despedida indireta.

- (A) somente a alternativa IV é verdadeira;
- (B) somente as alternativas II e IV são verdadeiras;
- (C) somente as alternativas I, II e III são verdadeiras;
- (D) somente as alternativas I e III são verdadeiras;
- (E) somente as alternativas I, III e IV são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA**Questão 46**

Acerca dos atos, termos e prazos processuais relativos ao Processo Judiciário do Trabalho, consoante disposições expressas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, marque a alternativa correta:

- (A) as partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com restrita liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias;
- (B) os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado;
- (C) as partes poderão requerer certidões dos processos em curso, as quais serão lavradas pelos escrivães ou secretários, mas não dos arquivados;
- (D) a emissão de certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependem exclusivamente de despacho do juiz;
- (E) dependem de selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.

Questão 47

Em relação às partes e aos procuradores no Processo Judiciário do Trabalho, de acordo com os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, marque a alternativa correta:

- (A) os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final;
- (B) nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar apenas por intermédio de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;
- (C) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado;
- (D) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante registro em ata de audiência, a requerimento escrito do advogado interessado, com anuência da parte representada;
- (E) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrarará honorários de sucumbência recíproca, admitida a compensação entre os honorários.

Questão 48

Em matéria de nulidades do processo judiciário do trabalho, em atendimento ao que declara a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, marque a alternativa correta:

- (A) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados presunção de prejuízo às partes litigantes;
- (B) as nulidades serão declaradas mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las em qualquer oportunidade durante a audiência ou nos autos;
- (C) deverá ser declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro e, nesse caso, os atos decisórios não serão considerados nulos;
- (D) o juiz ou Tribunal que se julgar incompetente determinará, na mesma ocasião, que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão;
- (E) a nulidade será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato, ou quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

Questão 49

Considerando as provas no processo judiciário do trabalho, segundo o que consta na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, marque a alternativa correta:

- (A) o ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamado;
- (B) o ônus da prova incumbe ao reclamado, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
- (C) as testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação;
- (D) cada uma das partes não poderá indicar mais de cinco testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a oito;
- (E) o juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

Questão 50

Sobre o procedimento sumaríssimo no processo judiciário do trabalho, em obediência ao que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, marque a alternativa correta:

- (A) os dissídios individuais cujo valor exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo;
- (B) estão incluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional;
- (C) nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, o pedido poderá ser certo ou indeterminado e indicará o valor correspondente;
- (D) nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, haverá citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado;
- (E) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

LEGISLAÇÃO CFMV

Questão 51

Considerando o exercício profissional do médico-veterinário, abordado pela Lei nº 5.517/1968, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta.

I- Não é de competência do médico-veterinário o exercício de atividades ou funções públicas e particulares relacionadas com os estudos e a organização de trabalhos sobre economia e estatística ligados à profissão, pois são atividades privativas de economistas e estatísticos.

II- É de competência do médico-veterinário o exercício de atividades ou funções públicas e particulares relacionadas com a participação nos exames dos animais para efeito de inscrição nas Sociedades de Registros Genealógicos.

III- Não é de competência do médico-veterinário o exercício de atividades ou funções públicas e particulares relacionadas com as pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia, à zootecnia bem como à bromatologia animal em especial, pois são atividades privativas de biólogos, zoólogos, zootecnistas e bromatologistas.

IV- É de competência do médico-veterinário o exercício de atividades ou funções públicas e particulares relacionadas com a responsabilidade pelas fórmulas e preparação de rações para animais e a sua fiscalização.

- (A) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 52

De acordo com a Lei nº 5.550/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de zootecnista, somente a quais profissionais é permitido o exercício da zootecnia? Marque a alternativa correta.

- (A) Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista ao zoólogo e ao biólogo diplomados na forma da lei.
- (B) Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista ao agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.
- (C) Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista ao engenheiro ambiental e ao veterinário diplomados na forma da lei.
- (D) Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista ao biólogo e ao veterinário diplomados na forma da lei.
- (E) Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista ao zoólogo e ao veterinário diplomados na forma da lei.

Questão 53

Com base na Resolução nº 1.525/2023, que instituiu o procedimento para a realização de desagravo público no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, marque a alternativa correta:

- (A) o direito de requerer o desagravo público extinguir-se-á decorridos 180 dias, contados da ocorrência do fato;(B) o desagravo público também se aplica quando ofensor e ofendido forem profissionais inscritos no Sistema CFMV/CRMVs, sem prejuízo da instauração de procedimento ético-disciplinar;(C) o processo de desagravo público instaura-se apenas mediante solicitação do profissional ofendido, com exposição dos fatos, identificação dos envolvidos, se existentes, e apresentação dos documentos comprobatórios;
- (D) A competência para conhecimento e instauração do processo será do Conselho em cuja jurisdição estiver o domicílio do profissional ofendido;
- (E) se a ofensa ocorrer na rede mundial de computadores ou em qualquer outro meio digital, a competência para conhecimento e instauração do processo será do local em que o ofendido tiver inscrição primária ou secundária.

Questão 54

Consoante preceitos da Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV nº 1.493, de 27 de outubro de 2022, que define e disciplina a fiscalização orientativa remota no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs, marque a alternativa correta:

- (A) define-se fiscalização orientativa remota como a ação fiscalizatória levada a efeito não exclusivamente por fiscais dos CRMVs e mediada por tecnologias que permitam a interação, previamente agendada, entre o fiscal e o profissional fiscalizado, sem a obrigatoriedade de ação presencial, e que consiste em ferramenta preparatória, auxiliar ou complementar à fiscalização;
- (B) a fiscalização orientativa remota, por multimeios tecnológicos, é autorizada, de modo obrigatório, em todo o território nacional;
- (C) o profissional fiscalizado será um dos responsáveis por demonstrar a irregularidade da pessoa jurídica ou dos serviços prestados;
- (D) o profissional fiscalizado deverá informar por qual meio digital disponibilizado receberá os documentos provenientes do ato fiscalizatório;
- (E) em decorrência das ações fiscalizatórias remotas admite-se a emissão de Termos de Fiscalização, Termos de Constatação ou Autos de Infração.

Questão 55

Segundo fundamentos da Resolução nº 1.475, de 16 de setembro de 2022, que dispõe sobre inscrição, movimentação e cancelamento de profissionais; cadastro, registro, movimentação, cancelamento e suspensão de estabelecimentos e equiparados no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs, marque a alternativa correta:

- (A) é vedado aos médicos-veterinários em serviço ativo no Exército, como integrantes do Serviço de Veterinária do Exército, participarem de eleições nos Conselhos em que estiverem inscritos, quer como candidatos, quer como eleitores;
- (B) o médico-veterinário do Exército que exerce atividade profissional apenas na condição de militar, após a solicitação de inscrição no CRMV correspondente a sua área de atuação, compromete-se ao pagamento de anuidade, ficando isento das demais taxas e emolumentos dos CRMVs;
- (C) A anuidade é devida integralmente, mas seu pagamento é dispensado no exercício em que for requerido o cancelamento da inscrição;
- (D) o profissional deverá requerer a substituição de sua cédula de identidade profissional apenas em casos de extravio, roubo ou furto, mudança de nome por razão de matrimônio, divórcio ou interesse de inclusão do nome social;
- (E) A anuidade é devida integralmente por ocasião da inscrição e da reativação e, por ocasião desta última, os profissionais pagarão no primeiro ano 50% do valor da anuidade.

Questão 56

Em relação à Resolução nº 1.465, de 27 de junho de 2022, que regulamenta o uso da Telemedicina Veterinária na prestação de serviços médico-veterinários, marque a alternativa correta:

- (A) a modalidade de telemedicina veterinária para realizar consulta médico-veterinária a distância, por meio de TICs, nos casos em que médico-veterinário e paciente não estejam localizados em um mesmo ambiente geográfico, excetuados os casos de urgência e emergência, é chamada de teleinterconsulta médico-veterinária;
- (B) a modalidade de telemedicina veterinária destinada à identificação e classificação de situações que, a critério do médico-veterinário, indiquem a possibilidade da teleconsulta ou a necessidade de atendimento presencial, imediato ou agendado, é chamada de telediagnóstico médico-veterinário;
- (C) a modalidade de telemedicina veterinária realizada exclusivamente entre médicos-veterinários para troca de informações e opiniões, e com a finalidade de promover o auxílio diagnóstico ou terapêutico, é chamada de teleconsulta veterinária;
- (D) a modalidade de telemedicina veterinária para orientação médico-veterinária geral e inicial, a distância, sendo vedado qualquer tipo de definição diagnóstica ou conduta terapêutica, é conhecida como teleorientação médico-veterinária;
- (E) a modalidade de telemedicina veterinária com a finalidade de transmissão de dados e imagens para serem interpretados, a distância, entre médicos-veterinários, e com o objetivo de emissão de laudo ou parecer, é conhecida como teletriagem médico-veterinária.

Questão 57

Considerando a Resolução nº 1.453, de 27 de abril de 2022, que especifica o campo de atividades do zootecnista, marque a alternativa correta:

- (A) promoção, elaboração, atuação, orientação e supervisão de programas de melhoramento genético animal são atividades profissionais privativas de geneticistas e não de zootécnicos;
- (B) zootécnicos podem atuar no desenvolvimento, orientação e assessoramento para promoção, divulgação e marketing de suas atividades;
- (C) planejamento, pesquisa, criação e produção de animais silvestres, selvagens e exóticos, tendo em vista seu aproveitamento econômico, não são atividades compreendidas no exercício da zootecnia;
- (D) atuação nos sistemas de criação e produção e bem-estar de animais em laboratórios e estações experimentais não é atividade profissional privativa de zootécnicos, mas sim de veterinários;
- (E) planejamento e gestão administrativa de propriedades ligadas à produção animal são atividade profissionais privativas de agrônomos, mas não de zootécnicos.

Questão 58

A partir da análise da Resolução nº 1.330, de 16 de junho de 2020, que aprovou o Código de Processo Ético-Profissional no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs, marque a alternativa correta:

- (A) a data de postagem será considerada como data de interposição para fins de aferição da tempestividade das manifestações remetidas via Correios em processo ético-disciplinar;
- (B) na contagem dos prazos no processo ético-disciplinar serão computados os dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados;
- (C) a contagem dos prazos no processo ético-disciplinar tem início no primeiro dia corrido seguinte ao da comunicação;
- (D) na contagem dos prazos no processo ético-disciplinar, inclui-se o dia da comunicação e exclui-se o do vencimento;
- (E) inexistindo definição expressa, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte ou interessado será de 15 (quinze) dias.

Questão 59

Considerando a Resolução nº 1.321, de 24 de abril de 2020, que instituiu normas sobre os documentos no âmbito da clínica médico-veterinária, marque a alternativa correta:

- (A) atestado ou declaração de vacinação é o documento escrito, datado, emitido e assinado, privativamente, por médico-veterinário, destinado ao registro de todos os atos vacinais realizados no animal;
- (B) carteira de vacinação é o documento escrito datado, emitido e assinado, privativamente, por médico-veterinário para declarar o ato vacinal com a devida identificação do animal vacinado;
- (C) atestado sanitário ou de saúde animal é o documento escrito, sem rasuras ou emendas, datado, emitido e assinado, privativamente, por médico-veterinário para declarar o estado ou condições de saúde do/dos animal/animais;
- (D) publicidade é a peça ou ações destinadas a dar conhecimento e convencer ou influenciar terceiro à contratação de serviços médico-veterinários;
- (E) propaganda é a técnica de comunicação de fins comerciais, veiculada por qualquer forma ou meio, que visa dar identidade e visibilidade a produto, serviço ou empresa ou estimular a contratação de produto ou serviço.

Questão 60

Com base na Resolução nº 1.138, de 16 de dezembro de 2016, que aprova o Código de Ética do Médico Veterinário, marque a alternativa correta:

- (A) exercer a profissão com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade é um dever do médico-veterinário;
- (B) denunciar às autoridades competentes qualquer forma de agressão aos animais e ao meio-ambiente é um dever do médico-veterinário;
- (C) exercer a profissão evitando qualquer forma de mercantilismo é um princípio fundamental da profissão de médico-veterinário;
- (D) empenhar-se para melhorar as condições de bem-estar, saúde animal, humana, ambiental, e os padrões de serviços médicos veterinários, é um princípio fundamental da profissão de médico-veterinário;
- (E) apontar falhas nos regulamentos, nos procedimentos e nas normas das instituições em que trabalhe, bem como em programas, regulamentos, normas, portarias, decretos e leis municipais, estaduais e federais, com base em conhecimentos técnicos, comunicando o fato aos órgãos competentes, e ao CRMV de sua jurisdição, é um dever do médico-veterinário.

PARECER

Na condição de advogado do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo (CRMV-ES), elabore um parecer, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e legislações federais sobre o tema, acerca das condições do Conselho em juízo, abordando, especificamente, os seguintes temas:

I. a natureza jurídica do CRMV/ES; II. como essa natureza jurídica se diferencia de outro tipo que lhe é parecido, com dois exemplos; III. o procedimento para execução de sentença contra o CRMV/ES; e IV. a submissão ou não dos pagamentos do CRMV/ES ao regime de precatórios.

Espelho de Prova

Na redação de sua resposta, o candidato deverá:

I. dissertar sobre o regime autárquico dos conselhos de classe; II. explicar a diferença entre autarquia e autarquia especial, oferecendo dois exemplos; III. esclarecer que a execução contra os conselhos de classe segue o procedimento da execução contra a Fazenda Pública; IV. esclarecer que os conselhos de classe não se submetem ao regime de precatórios.

Parecer Jurídico

Tema: Natureza Jurídica, Procedimento de Execução e Regime de Precatórios do CRMV/ES

I. Natureza Jurídica do CRMV/ES

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo (CRMV/ES) possui natureza jurídica de autarquia especial, conforme estabelecido no artigo 10, da Lei nº 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

A autarquia especial é uma pessoa jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada à Administração Pública Indireta. Sua criação é autorizada por lei específica, com a finalidade de desempenhar atividades de interesse coletivo, em especial a fiscalização e regulamentação do exercício profissional.

Assim, o CRMV/ES possui personalidade jurídica própria e é dotado de capacidade para, em juízo, defender seus interesses e direitos, observando-se, contudo, as especificidades legais e jurisprudenciais aplicáveis às autarquias.

II. Diferença entre autarquia e autarquia especial

No direito administrativo brasileiro, as autarquias e as autarquias especiais são entidades da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica própria e vinculadas à Administração Pública. No entanto, há diferenças significativas entre elas, principalmente em relação ao grau de autonomia e à finalidade para as quais foram criadas.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com o objetivo de executar atividades típicas da Administração Pública, descentralizando determinadas funções do Estado. Elas

possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mas estão vinculadas a um órgão da Administração Direta, como um ministério ou secretaria de Estado, como, por exemplo, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O INSS é uma autarquia federal responsável pela gestão da Previdência Social no Brasil. Ele possui autonomia para gerir suas atividades, mas está vinculado ao Ministério da Economia, seguindo as políticas públicas estabelecidas pelo governo.

As autarquias especiais, por sua vez, são uma categoria específica de autarquias que possuem maior grau de autonomia em relação às autarquias comuns. Elas também são criadas por lei específica, mas têm uma finalidade mais específica e delimitada, muitas vezes ligada à regulação e fiscalização de determinada atividade profissional; possuem uma estrutura organizacional mais independente, com maior liberdade na gestão de seus recursos e na definição de suas políticas internas, como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A ANVISA é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde. Sua função é regular e fiscalizar produtos e serviços que afetam a saúde da população, como alimentos, medicamentos, cosméticos, entre outros. A ANVISA possui uma autonomia considerável na definição de normas e na realização de suas atividades, garantindo maior agilidade e eficiência na proteção da saúde pública.

Em resumo, enquanto as autarquias são entidades públicas com autonomia, mas vinculadas a órgãos da Administração Direta, as autarquias especiais têm maior independência e finalidade mais específica, muitas vezes relacionada à regulação e fiscalização de atividades específicas.

III. Procedimento para Execução de Sentença contra o CRMV/ES

A execução de sentença contra o CRMV/ES segue o procedimento estabelecido para cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, nos termos do artigo 910 do Código de Processo Civil (CPC). Nesse sentido, é necessário o ajuizamento de uma ação de execução, observando-se as formalidades legais e procedimentais previstas em lei.

É importante destacar que, por ser uma autarquia especial, o CRMV/ES goza de certas prerrogativas e imunidades processuais, as quais devem ser consideradas durante o trâmite da execução. Dentre essas prerrogativas, destaca-se a necessidade de intimação pessoal da Procuradoria Jurídica do CRMV/ES para a prática de atos processuais, nos termos do artigo 183 do CPC.

Portanto, o procedimento de execução contra o CRMV/ES deve ser conduzido de acordo com as normas aplicáveis às autarquias, garantindo-se o devido processo legal e o contraditório, bem como respeitando-se as prerrogativas e imunidades conferidas por lei.

IV. Submissão dos Pagamentos do CRMV/ES ao Regime de Precatórios

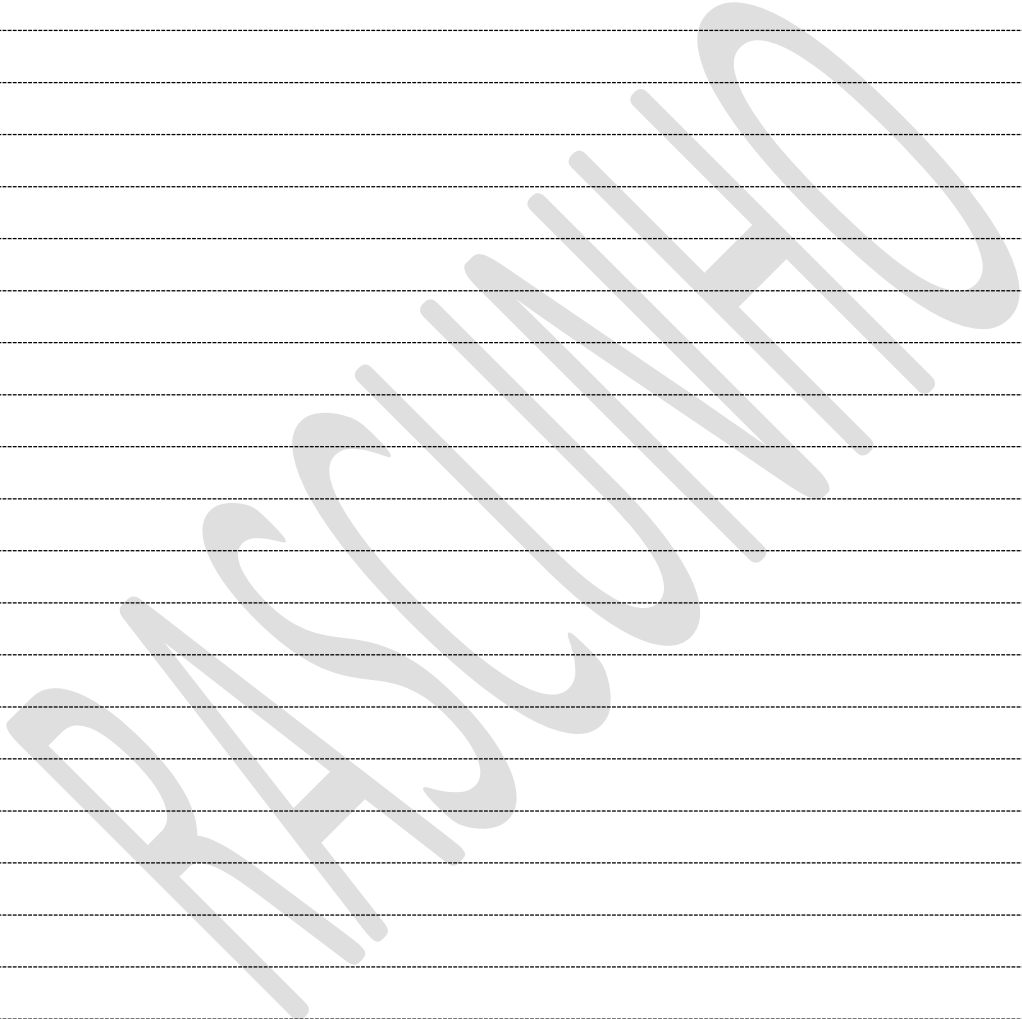
Os conselhos de classe, incluindo o CRMV/ES, não se submetem ao regime de precatórios, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 877 de Repercussão Geral, que trata da submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios, de relatoria do Ministro Edson Fachin no RE 938837 em 2017, pacificando o seguinte entendimento: “Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.”.

Isto se deve ao fato de que essas entidades possuem natureza jurídica de autarquias especiais, não se equiparando às entidades da Administração Direta ou às autarquias comuns. Assim, eventuais débitos do CRMV/ES decorrentes de decisões judiciais não são pagos mediante precatórios, mas sim diretamente pela entidade, respeitando-se os limites orçamentários e financeiros da autarquia.

Em síntese, os pagamentos devidos pelo CRMV/ES não se sujeitam ao regime de precatórios, devendo ser realizados de forma direta, dentro dos limites legais e orçamentários estabelecidos para a entidade.

Diante do exposto, conclui-se que o CRMV/ES, na qualidade de autarquia especial, possui personalidade jurídica própria e está sujeito ao procedimento de execução contra a Fazenda Pública. Além disso, os pagamentos devidos pelo CRMV/ES não se submetem ao regime de precatórios, devendo ser realizados diretamente pela entidade, conforme entendimento jurisprudencial do STF.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29



30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

PROJETO